

LÍNGUA NATURAL: ENFOQUE SOCIOLINGÜÍSTICO

Devino João ZAMBONIM*

RESUMO: A microlingüística, em suas diferentes tendências teóricas e metodológicas, preocupa-se, basicamente, em descrever, analisar e explicar a estrutura e o funcionamento da língua em sua unidade. Ao priorizar os elementos internos, em suas oposições funcionais, vê a língua como sistema autônomo e que só conhece sua própria ordem. Relega, conscientemente, as variedades, considerando-as livres e sem importância ao que se propõe. A sociolingüística ressalta o papel dos fatores sócio-culturais na produção e manutenção de variáveis em suas causas e funções. Apresenta-se como possível caminho para se desenvolver um sistema conceitual que integre estruturas lingüísticas com estruturas sociais.

UNITERMOS: Língua natural; sociedade; unidade; diversidade; fatores sócio-culturais; falante real; sistematização.

Todo discurso verbal ocorre numa determinada circunstância que, funcionando como “fundo”, tem a propriedade de o caracterizar e delimitar.

Embora cada sistema lingüístico particular possua em seu “acervo” o instrumental de identificações que permita a explicitação das circunstâncias do “dito”, elementos extraverbais avançam na seleção e combinação dos signos verbais, orientam o sentido do próprio discurso e estabelecem o nível de verdade ou falsidade de seus enunciados. A atividade verbal intersubjetiva só se completa, portanto, em sua plenitude, se esses fatores, em suas diferentes dimensões, passarem a fazer parte integrante do ato comunicativo, do falar lingüístico. Os atos de fala, ocorridos em seus diferentes contextos, comprovam, sobejamente, o supradito.

O falar não é apenas a repetição de modelos, mas é também criação. Se a língua é, como fenômeno histórico, um produto, “ergon”, é-o também atividade, “energia”, o que leva E. Coseriu a afirmar que:

“O falar não só emprega a língua mas também a supera, pois que o conhecer supera constantemente o sabido” (3).

Tal afirmação parece-nos, à primeira vista, contrária ao que se exige de um bem comum e que deve, portanto, ser por todos compartilhado.

* Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800 – Araraquara – SP.

A Coseriu também não escapa a aparente impropriedade de sua assertiva. Antecipando-se à dúvida do leitor, esclarece-a:

“Mas, como é possível que o falado signifique além do que foi dito e até além da língua? Tal possibilidade está dada pelas atividades complementares e, sobretudo, pelas circunstâncias do falar” (3).

Estas reflexões iniciais levam-nos a outras reflexões que fazem pensar o modelo lingüístico proposto pelas diferentes tendências eminentemente estruturalistas, principalmente as de orientação saussureana, bloomfieldiana e, com muito mais ênfase, as posições do modelo gerativo-transformacional chomskiano.

Mutatis mutandis, estes três teóricos trabalham exclusivamente com dados higienizados. Fizeram escolas. Estabeleceram e fundamentaram a ciência lingüística. Seu objeto foi delimitado, sua metodologia foi rigorosamente sistematizada, suas posições teóricas tomadas como modelos não só para os diferentes níveis lingüísticos de descrição e explicação como também para outras ciências, transformando-se, assim, em ciência piloto de outras ciências humanísticas. Seu valor é por conseguinte, inquestionável.

Assaltam-nos, porém, como estudiosos do assunto, dúvidas referentes à abrangência desses modelos que, embora fundamentados em premissas distintas – mas em modelos análogos –, chegam a resultados semelhantes.

Parece-nos que todos eles, perquerindo o rigor científico, conscientemente assumiram, de uma forma ou de outra, uma atitude unilateral face ao objeto de sua pesquisa.

Ao se concentrarem, em suas pesquisas, na língua como unidade, ou no falante ideal de uma comunidade homogênea, relegaram a diversidade e, conseqüentemente, todos os fatores psico-sócio-bio-culturais nela intimamente imbricados.

Embora reconheçamos a utilidade das abstrações e as vantagens da higienização do objeto focalizado num trabalho científico, pairam ainda dúvidas – daí o motivo dessa nossa reflexão – relativas à abrangência desse tipo de descrição bastante pertinente, mas que de forma alguma justifica as causas e as funções relativas à diversidade dos múltiplos atos de fala, tanto em termos grupais quanto individuais.

Edward Sapir, entre outros estudiosos da língua, já chamava a atenção para esse fato na ocasião em que o estruturalismo de base descritivista, taxionômico e mecanicista americano estava em sua maior expressividade:

“Falar é uma atividade humana que varia, sem limites previstos, à medida que passamos de um grupo social a outro, porque é uma herança puramente histórica do grupo, produto de um uso social prolongado. Varia como variam todos os esforços criativos – não tão conscientemente talvez, mas pelo menos tão evidentemente quanto as religiões, as crenças, os costumes, e as artes dos diferentes povos” (14).

Acreditamos que a contemplação interna da língua em sua estrutura e funcionamento deve ser vista apenas como uma etapa que, embora necessária, só será completa se se fizerem intervir fatores de ordem não necessariamente lingüística.

Sendo já amplamente difundidas e comumente conhecidas as posturas dos teóricos supracitados, restringimo-nos a algumas considerações acerca do papel da Sociolinguística ao abordar, como objeto primeiro, justamente aquilo que se poderia denominar de resíduo lingüístico, na visão da ciência lingüística formalista proposta por aqueles teóricos.

A Sociolinguística, parte integrante das ciências da linguagem e voltada para o estudo do relacionamento língua/fatores sócio-culturais, propõe, segundo Sílvia Eha, o método neo-cultural como complementação ao vazio estruturalista. Sua base filosófica é simplesmente o humanismo; seu objeto, a língua atualizada em seus diferentes atos da fala; seu objetivo, o estudo da interação em suas causas, conseqüências e funções entre os fatores estruturais lingüísticos e os fatores extralingüísticos, os sócio-culturais.

As múltiplas pesquisas já feitas neste campo e sob esta orientação demonstram o quanto é falaciosa a idéia da chamada “comunidade homogênea” e a não pequena distância entre os fatos da língua e os fatos do discurso, aqueles filtrados do falante “ideal”, estes realizados pelo falante “real”.

Deve, porém, ser esclarecido que semelhante enfoque no estudo de uma língua natural não exclui de sua investigação o aspecto interno em suas relações opositivas funcionais; coloca-o, apenas, numa situação não mais privilegiada e exclusiva, mas, em termos paritários, de igual importância ao aspecto exterior à língua e à factualidade que a tradição lingüística a ela incorporou. Parece-nos ser este o sentido do que nos diz Juliette Garmadi, parafraseando Dell H. Hymes:

“Os usos e as situações do discurso formam um verdadeiro sistema cultural que importa definir... É preciso ter consciência de tudo aquilo que o locutor teve de interiorizar, para além da gramática e do léxico, para se tornar membro efetivo da sua comunidade lingüística e participar de forma adequada ao comportamento verbal do seu grupo” (7).

É o que se pode denominar de “saber sócio-cultural do falante”, ou o “saber idiomático extralingüístico”. Tal competência não deve ser simplesmente justaposta àquela competência idiomática interna do falante, mas deve ser vista e estudada como parte integrante da mesma, pois

“...nela está presente como conteúdo atuante, como energia permanente que a alimenta e constitui, já que as puras estruturas são vazias de sentido e de poder criativo” (4).

Como vemos, um estudo lingüístico não deve se ater exclusivamente à descrição e explicação do conjunto de invariantes que constitui a estrutura de uma língua natural, mas também voltar-se para a língua natural realizada em suas múltiplas variedades, e considerá-las como fenômenos pertencentes à língua e, conseqüentemente, de interesse da lingüística. As causas e funções, porém, devem ser procuradas no seio das estruturas sócio-culturais. Estas variedades não são, por conseguinte, livres, mas condicionadas, formalizando, inclusive, toda uma rede de oposições significativas.

Não será este um possível caminho para se desenvolver um sistema conceitual que integre estruturas lingüísticas com estruturas sociais?

Essa integração, a nosso ver, é absolutamente necessária para a compreensão do objeto língua em sua total amplitude, pois apenas à guisa de fundamentação, lembramos o fato, já de senso comum, de ser ela um fenômeno histórico e, conseqüentemente, uma instituição social. Mas o simples fato de vê-la como instituição social, humana, convencional e arbitrária, e que vise à interação social não é suficiente. Tanto Saussure quanto Bloomfield, assim como toda a lingüística de base eminentemente estruturalista, propuseram e aceitaram semelhante proposição, recusando-se, contudo, a considerar como fundamentais e necessários os fatores sociais para o estudo e descrição da linguagem humana. Ao se fixarem exclusivamente no sistema composto por unidades funcionais invariantes, montaram um constructo teórico presumindo uma variante da língua representativa e comum a todos os falantes de uma comunidade.

Os fatos nos mostram que esta variante não existe; a língua é constituída por uma série de subsistemas, e seus falantes possuem, em maior ou menor grau, o domínio destes vários subsistemas.

Não vemos, por conseguinte, muita razão na justificativa proposta pelo célebre descritivista Gleason, ao colocar as variações à margem do seu estudo:

“O uso de alofones corretos é mais importante do ponto de vista social do que do ponto de vista lingüístico. Obviamente importantes para o lingüista por muitas razões de ordem prática, os alofones se colocam na margem de seu campo de estudo e são, em certo sentido, externos à linguagem” (8).

Se já não bastassem as posições extremamente formalistas do estruturalismo dito “clássico”, a teoria gerativa de base chomskiana exclui, por completo, o aspecto social da linguagem.

É dentro deste *status quo* dos estudos da linguagem humana que alguns pesquisadores das línguas naturais tentaram, e ainda tentam, delimitar seu objeto de estudo, montar uma teoria e sistematizar uma metodologia que dêem conta de uma descrição e uma explicação mais adequadas e realistas dos fatos da língua. Sem concordar com o princípio positivista do reducionismo científico, estes estudiosos, em termos menos extremados, aceitam e defendem possíveis ligações entre a lingüística e as várias disciplinas – Sociolingüística, Etnolingüística e Psicolingüística – pertinentes à linguagem, interrelacionando-a com a sociedade, a cultura e a mente humanas. Embora não exista um modelo teórico geral elaborado, todas elas já surgem com um rol de conhecimentos comprovadamente científicos. Para atingirem o objetivo a que se propõem não podem se restringir ao código em si. Os falantes e os usos desse código devem, necessariamente, ser levados em consideração.

A Sociolingüística, fazendo uso de técnicas e conceitos tanto da Lingüística como das Ciências Sociais, sobressai-se a esses estudos interdisciplinares pelo grande e bom número de excelentes pesquisas em sua área específica, cujo objetivo fundamental, segundo Bright, é:

“Demonstrar a covariação sistemática das variações lingüística e social, e, talvez, até mesmo demonstrar uma relação causal em uma ou outra direção” (6).

O social passa a ser fundamental no entendimento e explicitação do funcionamento e da estrutura da língua natural.

Nomes como Bright, Fishman, Labov, Berstein, Marellesi e muitos outros incluíram em seu objeto de estudo, além do sistema interno da língua (as leis que regem a estrutura básica dos enunciados), outras dimensões como as do falante-ouvinte (produção, recepção e avaliação) e as condições da produção do discurso.

Assim a Sociolingüística, fazendo parte do conjunto das outras ciências da linguagem, apoiada em suas próprias premissas, teorias e métodos, está apta a fornecer um modelo de pesquisa, análise e interpretação dos dados de uma língua natural de forma mais abrangente e satisfatória, repondo, desta maneira, a Lingüística em sua integralidade histórica, real e humana no que tange ao aspecto exterior sócio-cultural.

Há, hoje – mais do que nunca –, o que se poderia chamar um consenso no que se refere à interpretação das inter-relações língua/sociedade. Mesmo havendo certas discordâncias entre alguns desses pesquisadores, no que se refere à especificação da natureza dessa relação e à determinação da causalidade das variações, uns e outros concordam com José Pedro Rona, cujo postulado foi muito bem sintetizado por Sílvia Elia:

“Somar simplesmente todas as variedades é apresentar um conjunto heteróclito que em nada contribui para a correta compreensão do fato lingüístico historicamente constituído. A noção de ‘arquissistema’, fruto metodológico do Estruturalismo, acrescido do seu prolongamento social, o ‘uso’, antepassado do ‘desempenho’ chomskiano, é, pelo menos, um modelo que permite adequada interpretação científica do fenômeno da unidade com variedade no concerto das línguas” (4).

Entre as muitas pesquisas realizadas na área, ressaltamos duas que fizeram escolas e que muito contribuíram e contribuem na explicitação da correlação e funcionalidade entre os diferentes usos lingüísticos e seus falantes. Referimo-nos à teoria do “Déficit Lingüístico”, proposta por B. Berstein, e a teoria da “Variação Lingüística”, proposta por W. Labov.

B. Berstein em seus estudos, seguindo de perto a linha de pensamento de B. Whorf, enfatiza o desempenho lingüístico como fator condicionador do comportamento social. As conclusões a que Berstein chega em suas pesquisas foram alvo de muitas polêmicas e controvérsias, pois, embora seguindo uma rigorosa metodologia, as causas apontadas para os diferentes usos lingüísticos, em sua correlação e funcionalidade, bem como as conseqüências disso deduzidas, deixam sérias dúvidas quanto à realidade dos fatos analisados.

Parece-nos que a teoria da “Variação Lingüística” laboviana é mais aceita, defensável e conseqüentemente mais adequada à caracterização dos diferentes usos lin-

güísticos em suas causas e conseqüências. Surge como reação imediata à teoria gerativa, em que o aspecto social da linguagem foi totalmente banido, uma vez que Chomsky, ao fixar-se nos poderes universalistas da faculdade humana da linguagem, defende a natureza psicológica da língua, portanto, seu interesse recai sobre o que é “língua” e não o que é “uma língua”.

Como sociolinguísta, Labov assume o caráter social de uma língua natural, insiste na íntima relação língua/estrutura social e viabiliza, tanto em termos teóricos (teoria da “variação lingüística”) quanto práticos (em suas várias pesquisas de campo), a possibilidade de se sistematizar a variação existente em uma dada língua. Ao voltar-se, porém, para a descoberta dos elementos sociais que estariam subjacentes a determinadas variações, ou mesmo mudanças, percebe que certas diferenciações só a Lingüística descritiva formal pode depreender. Propõe, então, uma perspectiva de análise mais globalizante que envolva tanto a unidade (lingüística formal) quanto a diversidade (sociolingüística). Conclui que uma verdadeira análise lingüística deve, necessariamente, dar conta tanto das semelhanças quanto das diferenças de uma língua natural. Aquelas, relativas ao princípio estrutural interno das línguas e aos cenários macrosociais; essas se fazem presentes no instante de sua realização concreta e são relativas aos cenários microconversacionais.

Ao assumir o aparente “caos” da linguagem falada, Labov tem consciência de que a simples listagem das variedades encontradas nas múltiplas ocorrências em nada esclarece a língua como um todo. Necessário se faz explicitar os componentes estabilizadores que viabilizem, *na* e *pela* língua falada, a um só tempo heterogênea e diversificadora, a comunicação entre os membros de uma comunidade.

Vimos que a idéia de uma variedade comum e representativa de toda a comunidade é uma falácia, e a existência de um falante ideal numa comunidade homogênea, irreal, mera abstração de analista.

A Sociolingüística, ao assumir como objeto de seu estudo a língua realizada em suas múltiplas variáveis, supre a parte relegada pela lingüística estruturalista e, pela interveniência do comportamento social, justifica a acomodação dos diferentes repertórios, provocando certa simetria absolutamente necessária ao bom desempenho da comunicabilidade verbal concreta.

Cumpramos ressaltar, aqui, que esta acomodação tem como uma das causas a “interveniência do comportamento social”, não sendo, por conseguinte, mero resultado de “forças formais” que estão na língua, segundo o dizer do lingüista Matoso Câmara:

“...mas isso só se concretiza em virtude de forças formais que estão na língua e que promovem, ou facilitam, ou propiciam sua modificação” (2).

Esta afirmativa do eminente lingüista dá-nos a impressão de uma certa tendência radical pendente para um estruturalismo formal da língua, em que as unidades lingüísticas são vistas, conforme a exemplificação sugerida por Saussure, como peças de xadrez cuja função e significado só surgem de uma trama de relações inerente a cada sistema lingüístico. Daí o próprio vocábulo aparecer, sim, como criação do

espírito humano, mas sem relação com a realidade exterior, uma vez que ele, como sinal arbitrário, não tem capacidade de estabelecer uma ligação objetiva entre o homem e o mundo exterior.

Não pretendemos negar a validade desta visão estruturalista da língua, não queremos enveredar pela valorização dos elementos materiais da mesma, pelo estudo totalmente isolado de suas unidades constitutivas, e, muito menos, queremos vê-la como decalque da realidade. Afirmamos, sim, a impossibilidade de as causas e as funções serem explicadas, se não forem considerados certos elementos extralingüísticos. A Sociolingüística procura integrar em seus estudos estruturas lingüísticas com estruturas sociais. Seus pesquisadores procuram fixar-se no estudo da língua de falantes reais num mundo real, objetivando não mais uma pura descrição estrutural-funcional de uma variante abstrata ou de uma língua ideal, mas, sim, as diferentes interações entre o falar e o contexto sócio-cultural.

No que concerne à relação estrutura lingüística/estrutura sócio-cultural, parecemos muito sensata a posição assumida por Waldomiro G. Piazza:

“Nesta questão, como em tantas outras, todo radicalismo prejudica o conhecimento da realidade. Duas coisas devemos manter em pé de igualdade: a *estrutura da linguagem, a que o espírito humano deve moldar-se, e a liberdade do mesmo espírito humano, que torna capaz de jogar com os elementos materiais desta estrutura para atingir a sua finalidade que é a comunicação com o mundo exterior*. A estrutura na linguagem não deve ser considerada como prisão do espírito, mas como um instrumento, que lhe deixa ampla margem para “criar” vocábulos e símbolos, capazes de expressar a sua experiência do mundo exterior” (13);

ou a muito boa síntese de Serafim da Silva Neto:

“De uns anos a esta parte, certos lingüistas se encastelam na preocupação de criar uma ciência pura e exclusivamente lingüística, independente da Sociologia, da Psicologia, da História e da Etnografia. Imaginam, com isso, num orgulho compreensível, dar um passo à frente dos antecessores, que não se haviam conseguido libertar daquelas fiéis intérpretes do homem. Contudo, ressalvada a grande admiração que nos merecem lingüistas do porte de um Hjelmslev, tal atitude, ao contrário do que se pretende, significa um empobrecimento: a unidade é o homem: tudo o que lhe diz respeito está intimamente entrelaçado. A língua constitui, sem dúvida possível, o mais importante traço da cultura; nada ganha, porém, em isolar-se dos demais. Pelo contrário, o seu verdadeiro realce só se nota no confronto com os outros elementos que, reunidos, vêm a ser a complexa teia da vida.” (15).

Essas reflexões levam-nos a pensar uma língua natural segundo parâmetros realistas, em que elementos internos e externos – lingüísticos e sociais –, soldando-se

em sua formalização, permitem ao estudioso uma análise mais objetiva e ampla desses mesmos fatos.

A Sociolinguística, ao enfatizar em seus estudos a relação de forma profunda e dialética entre língua/comportamento social, ultrapassa o enfoque de uma concepção de língua auto-suficiente, passível de se explicar a si mesma, e orienta com seus modelos teórico-metodológicos a sistematicidade na instabilidade.

ZAMBONIM, D. J. – Langue naturelle: approche sociolinguistique. *Alfa*, São Paulo, 33: 137-145, 1989.

RESUME: La microlinguistique, dans ses diverses tendances théoriques et méthodologiques se préoccupe, fondamentalement, de décrire, d'analyser et d'expliquer la structure et le fonctionnement de la langue dans son unité. En mettant en valeur les éléments internes, dans ses oppositions fonctionnelles, elle traite la langue comme un système autonome et qui ne connaît que son ordre même. La microlinguistique relègue, consciemment, toutes les variétés, en les considérant détachées et sans importance par rapport à ses propositions. La sociolinguistique relève le rôle des facteurs socio-culturels dans la production et dans la conservation de variables par rapport à leurs causes et à leurs fonctions. Elle se présente, comme une voie possible au développement d'un système des concepts qui intègre structures linguistiques et structures sociales.

UNITERMES: Langage naturel; société; unité; diversité; facteurs socio-culturels; parlant réel; systématisation.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAKTIN, M. – *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 2. ed. São Paulo, Hucitec, 1981.
2. CÂMARA, J. M. – *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1965. p. 24.
3. COSERIU, E. – *Teoria da Linguagem e Linguística Geral*. Trad. Agostinho Dias Carneiro, Rio de Janeiro, Presença-USP, 1979. p. 227-228.
4. ELIA, S. – *Sociolinguística*. Rio de Janeiro, Padrão/EDUFF, 1987. p. 43, p. 34.
5. FISHMANN, J. A. – *Sociolinguistique*. Bruxelas, Paris, Labor Northan, 1971.
6. FONSECA, M. S. & NEVES, M. (org.). – *Sociolinguística*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974. p. 17.
7. GARMADI, J. – *Introdução à Sociolinguística*. Trad. Eugênio Cavalheiro. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983. p. 17-18.
8. HEYE, I. – Sociolinguística. In: *Manual de Linguística*. 2. ed., São Paulo, Global, 1986, p. 203.
9. LABOV, W. – *Sociolinguistique*. Paris, Minuit, 1976.
10. LYONS, J. – *Linguagem e Linguística*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

Alfa, São Paulo, 33: 137-145, 1989.

11. MARCELLESI, J. B. & GARDIN, B. – *Introduction à la Sociolinguistique*. Paris, Larousse, 1974.
12. MARCUSCHI, L. – *Linguagem e Classes Sociais*. Porto Alegre, Movimento/URGS, 1975.
13. PIAZZA, V. G. – *Introdução à Fenomenologia Religiosa*. 5. ed., Petrópolis, Vozes, 1957. p. 110.
14. SAPIR, E. – *A Linguagem – Introdução ao Estudo da Fala*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1971, p. 18.
15. SILVA NETO, S. da – *Língua, Cultura e Civilização*, Rio de Janeiro, Acadêmica, 1960. p. 21.
16. TARALLO, F. – *A Pesquisa Sociolinguística*. São Paulo, Ática, 1986.
17. ZAMBONIM, D. J. – *Léxico Específico e Cultura Regional – Um Exemplo Amazônico*. São Paulo, USP, 1987. (Tese de Doutorado)